XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA
LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS 27 A 31 DE JULHO DE 2015 FLORIANÓPOLIS - SC

O GOLPE DE 1964, O INSTITUTO BRASILEIRO DE FILOSOFIA E A "CONSCIÊNCIA CONSERVADORA"

RODRIGO JURUCÊ MATTOS GONÇALVES*

> *Quando perdemos a capacidade de nos indignar com as atrocidades praticadas contra outros, perdemos também o direito de nos considerarmos seres humanos civilizados.*
>
> Vladimir Herzog (frase de sua autoria gravada em sua sepultura)

> *A impressão de que a sociedade, o povo, os grupos sociais, as pessoas pouco ou nada representavam era negada pelas medidas de controle e repressão que o governo punha em ação. Diante das forças sociais não representadas no bloco de poder, em face da rebeldia latente ou aberta contra os interesses dos senhores de escravos, nos engenhos de açúcar e fazendas de café, o poder monárquico agia de forma cada vez mais repressiva. A força, a sistemática e a preeminência dos interesses dos grupos e camadas dominantes representados no aparelho estatal eram de tal porte que alguns intelectuais e políticos imaginavam que a sociedade fosse amorfa e o Estado organizado; como se este pudesse existir por si. **Não percebiam o protesto do escravo, a insatisfação do branco pobre no meio rural, as reivindicações de artesãos, empregados e funcionários na cidade. Sem saber – talvez – escreviam a crônica dos vencedores**.*
>
> Octavio Ianni (1984: 13 – grifos nossos)

O golpe de 1964 desencadeou uma onda repressiva sem precedentes na história do Brasil. A contrarrevolução buscou eliminar toda dissidência, principalmente aquela que estava ao lado das classes populares. Mesmo os intelectuais foram perseguidos. Contra as "classes perigosas" valia de tudo para a paranóia reacionária, até mesmo reprimir intelectuais ditos "subversivos", forçosamente distanciados do povo explorado e oprimido por um precipício de analfabetismo, cujos índices eram absurdos. Casos emblemáticos são relatados por Nelson Werneck Sodré (MORAES, s/d). Recentemente, nos 50 anos do golpe, pouco se falou sobre o terrorismo cultural, que foi marcado por prisões arbitrárias de intelectuais como Astrojildo Pereira, Carlos Heitor Cony (que escapou de uma tentativa de sequestro por agentes da repressão), Florestan Fernandes, Ênio Silveira (editor da Civilização Brasileira), o próprio Werneck Sodré, entre outros. Houve em torno de cinco mil demissões. Entre os demitidos estavam os renomados Celso Furtado, Josué de Castro e Darci Ribeiro. O regime ditatorial estava disposto a destruir "a intelectualidade que marcou a cultura política brasileira durante quase duas décadas" (SODRÉ, 1986: 70 apud. Ronald Chilcote). Alguns intelectuais como

* Professor do Curso de História da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG).

Maurício Martins de Mello, Pedro Alcântara Figueira e Joel Rufino dos Santos foram presos, sequestrados e desaparecidos, reaparecendo dias depois. Alguns se exilaram, como Paulo Freire, que teve a seu método de alfabetização abolido. Bibliotecas foram fechadas ou expurgadas de obras acusadas de "comunismo". A sede do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), foi depredada, como relata Sodré:

> *Nos primeiros dias de abril de 1964, como é sabido, o ISEB foi invadido e depredado: os autores da depredação não deixaram inteiro um móvel, um quadro, um objeto. O cenário de vandalismo foi completo, rasgaram livros e quadros, estriparam poltronas, quebraram mesas e cadeiras, arrombaram portas e gavetas, subtraíram livros e carregaram tudo aquilo que poderia servir de informação da vastíssima conspiração comunista, orientada diretamente de Moscou, que se pretendeu depois provar ter ali sede. No Departamento de História, o que não foi destruído, foi carregado, inclusive textos das monografias da* História Nova *em elaboração. De contrapeso, os saqueadores levaram para o DOPS [Departamento de Ordem Política e Social] os três funcionários do ISEB ali encontrados: o copeiro, o zelador e o contínuo. [...] Até hoje [1986], no olhar desses homens, permanece a singular nota de espanto pelo que sofreram.* (SODRÉ, 1986: 122)

Interessante notar que os intelectuais do *aparelho de hegemonia filosófico*[1] Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF) não sofreram quaisquer desses abusos relatados, tampouco foi destruída a sua então rica sede na cidade de São Paulo, doada pelo governo daquele estado em meados dos anos 50. O caso mais emblemático de perseguição aos intelectuais é o de Vladimir Herzog, jornalista assassinado em 25 de outubro de 1975, mais de dez anos após o golpe, nas dependências do DOI-CODI, do II Exército, em São Paulo, algumas horas depois de ter se apresentado para depoimento. Esses fatos mostram o que acontecia com os intelectuais não alinhados com o regime ditatorial e o que não acontecia com os apoiadores.

Ao lado da força material do Estado, que recaiu com seu poderio repressivo sobre as vozes dissonantes, era necessária a justificação moral e filosófica do golpe, levando a contrarrevolução ao plano intelectual. Aí que entra o Instituto brasileiro de Filosofia e seus intelectuais conservadores liderados pelo reacionário histórico, teórico do integralismo convertido ao liberalismo, o pequeno *duce* e *condottiere* da letras, Miguel Reale. Se para o ISEB (TOLEDO 1982 e 1986) o seu fulcro era criar um pensamento (a ideologia do nacional-desenvolvimentismo) visando o desenvolvimento e a autonomia nacional, o IBF trará a

[1] Segundo Buci-Glucksmann, o aparelho de hegemonia filosófico (a.h.f.) "*busca a difusão de uma filosofia, de uma concepção geral da vida*", é "*uma organização material que visa a manter, defender, desenvolver a 'frente teórica e ideológica'. O a.h.f. portanto faz parte 'do formidável complexo de trincheiras e fortificações da classe dominante'*." (BUCI-GLUCKSMANN, 1990: 484).

formulação de uma ideologia conservadora, travestida de "pensamento brasileiro", sendo a chamada "consciência conservadora" uma de suas principais criaturas. E seu principal criador, será Paulo Mercadante. Mesmo o ISEB sendo útil à burguesia, seu congênere – o IBF – era visivelmente mais reacionário, elitista e avesso ao nacional-popular.

Pouco tempo depois do golpe, em 1965, foi publicada a obra *A consciência conservadora no Brasil* (MERCADANTE, 2003). Nesta, seu autor, Paulo Mercadante, escreve a história do Brasil sob a perspectiva da "conciliação" de classes, que se tornou um conceito de grande valia para os intelectuais ibeefeanos, à medida que nega a luta de classes. Essa interpretação pode ser construída porque há um escamoteamento deliberado das lutas sociais que permearam a história do Brasil no século XIX. A obra de Mercadante, teve quatro edições[2] e conta hoje com 50 anos de história. Sua marca principal não é o rigor científico. Trata-se de uma elaborada construção ideológica que até busca o argumento histórico, mas que se confrontada com a realidade se mostra sem o respaldo da história. A suposta "conciliação" de classes não explica uma sociedade cuja história é marcada pela exploração e pela violência cujos níveis são hoje os de uma guerra. *A consciência conservadora no Brasil* é uma das maiores expressões intelectuais da reação que culminou com o golpe de 1964 e com os anos de chumbo; é também o acerto de contas do autor com o seu passado de militância no PCB, é a aceitação do prisma imposto pela classe dominante. E quanto à chamada "consciência conservadora", é expressão ideológica da secular violência estatal que faz história no Brasil: o regime escravista que durou quase quatro séculos, a repressão de 1817, 1824 e 1848 em Pernambuco, da Cabanagem paraense, das lutas sulinas, da destruição da nação guarani na Guerra do Paraguai; na Primeira República reprimindo e massacrando o povo miserável e os revoltosos de 1910, dos anos 20, o nascente movimento operário; forjando uma ditadura em 1937 que terminada em 1945, não significou o fim da sanha da classe dominante que cassou e ilegalizou o PCB em 1947 e que não tardaria a instaurar o regime mais odioso e ignóbil em 1964; vinte e um anos depois se encerraria esse período obscuro inaugurando a democracia burguesa, em um processo de democratização longo, truncado e incompleto, incapaz de enterrar o estado policialesco que ainda hoje mata dezenas de milhares e desaparece pessoas em cifras ainda desconhecidas. Tudo isso para submeter à

[2] As edições são: 1 ed., Rio de Janeiro: Saga, 1965; 2 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972; 3 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980; 4 ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

exploração uma classe trabalhadora oprimida e sofrida. É a abstração e o escamoteamento da secular repressão e da inaudita barbárie empregada contra as lutas sociais do povo pobre, oprimido e explorado que permitiu aos ibeefeanos formular uma ideologia de forte teor simbólico para inculcação reacionária, que buscou a sedução intelectual.

A História do Brasil na perspectiva de Paulo Mercadante

Paulo Mercadante busca o fundamento histórico na obra do "ultra-reacionário Oliveira Viana" (como disse José Honório Rodrigues). Segundo essa interpretação, a classe dominante brasileira, que se formou durante a empresa colonial, seria composta de:

> *Homens de cabedais opulentos, esses chefes são também homens em que se enfeixam as melhores qualidades de caráter. De integridade moral perfeita, [...] pela dignidade, pela lealdade, pela probidade [...]. Descendo das flores da nobreza peninsular para aqui transplantada, medalham-se todos pelo tipo medieval do cavalheiro, cheio de hombridade e pundonor*. (MERCADANTE, 2003: 72 apud. VIANNA, s/data: 115)

Esse é o argumento de Oliveira Viana para uma suposta superioridade racial da classe dominante que, na obra de Mercadante, aparece como características da índole dos colonizadores, caracterizadas como pessoas benévolas – em tudo diferentes das etnias e classes dominadas. Esses homens são vistos aqui como os membros de uma elite e não de uma classe dominante, em uma visão de apologia da dominação de classe.

Interessante notar que em relação às interpretações dos intelectuais do PCB, Nelson Werneck Sodré, segundo o qual havia feudalismo no Brasil, e Caio Prado Júnior, que via a colonização sob a égide do capitalismo mercantil, Mercadante propõe uma interpretação oposta. Para ele houve uma "conciliação" marcada pelo compromisso entre nobiliarquia e mercantilagem que teria formado a classe dominante por indivíduos que eram nobres mas empresários também - e até mesmo industriais! – fazendo do proprietário um "personagem original" (MERCADANTE, 2003: 91). Para o autor, esses fatores teriam implicações culturais abrangentes, que se projetariam na história do Brasil e formariam o pano de fundo da contemporaneidade do país. Mercadante faz tabula rasa da questão da escravidão e qualquer outra relação social marcada pela luta. Esse é um erro histórico que tem origem na prática

social de uma classe que, no momento em que a obra fora escrita, negava ter instaurado no país um regime autocrático e que ainda nega ser a senhora de toda a exploração, opressão e a repressão.

Para Mercadante, desde a Independência, a "*tendência de centro, moderada e oportunista*" (MERCADANTE, 2003: 96) fora a marca da política da classe dominante. Essa é a parte mais rica e densa da obra de Mercadante; segundo ele essa política era a reafirmação do "grande fazendeiro, espécie de *gentry* de caráter territorial", que, por sua vez:

> *É dúplice econômica e mentalmente: vive numa fazenda de escravos de látego em punho enquanto se empolga pelas ideias liberais correntes nos países europeus já libertos do feudalismo; revolucionário, quando analisa as suas relações de produção com o mercado externo, e conservador, quando reage a quaisquer ideias de abolição. Seu caminho é necessariamente o compromisso entre a escravatura e o liberalismo econômico.* (MERCADANTE, 2003: 105)

Segundo o autor, não há contradição entre o liberalismo, que estava na boca dos tribunos do Império, e a escravidão, base da sociedade naquele momento. Pelo contrário, nesta perspectiva os senhores são o produto dessa amálgama. Evidentemente é um grande exagero dizer que os conservadores eram também revolucionários; mas esse exagero é de ordem prática, pois o autor faz o mesmo uso da palavra que os golpistas de 1964 faziam quando se apropriaram da palavra "revolução". Interessante notar que o autor busca um fundamento "econômico", fazendo uma ponte com as interpretações materialistas – mas, como se verá, isso é mera retórica dissuasiva.

Na apologética de Mercadante a política do "meio-termo" fora o "lastro de sábia prudência" (MERCADANTE, 2003: 98), já que teria evitado a revolução de escravos, como ocorrera em 1804, no Haiti:

> *O temor à revolução teria sido um dos esteios do movimento pela independência. [...] Todos acabariam acordando com a forma de arranjo político, pelo qual se operaria o movimento, e do mesmo modo conformados com a ausência de participação popular.* ***O povo fora advertido [...] de que sua atuação nos acontecimentos importantes sempre poderia proporcionar um doloroso saldo de tragédia.*** (MERCADANTE, 2003: 107-108 – grifos nossos)

O autor faz um resgate da secular contrarrevolução, atentando em uma visão negativa das classes populares. Nas entrelinhas concebe o suposto benemérito da ação da classe dominante e das soluções históricas de cima para baixo.

É latente na interpretação de Mercadante o momento histórico da contrarrevolução preventiva levada a cabo pela autocracia burguesa a partir de 1964, por isso a recorrência de imprecisões de origem prática. Sua obra é marcada pelo "temor pânico" (Gramsci, 2006: 291) da movimentação ativa das massas populares, tão característico das classes dominantes, assim em relação à Independência conclui: "*Que tudo viesse com vagar, de forma suave, sem a temerária participação jacobina*" (MERCADANTE, 2003: 100). Essa latência do presente vivido é tão característico em sua obra que, segundo o autor, a grande modificação da constituição aprovada após o golpe de D. Pedro I é o fato de que as forças armadas poderiam ser utilizadas internamente (MERCADANTE, 2003: 121-126), ou conforme diz em outro trecho: "*em terras onde não estão difundidos em todas as classes da sociedade aqueles hábitos de* ***ordem*** *e* ***legalidade****, é preciso começar introduzi-los e sujeitar esses ensaios a uma certa* ***tutela***" (MERCADANTE, 2003: 166 – grifos nossos). "Ordem" e "legalidade", que os golpistas diziam buscar "restabelecer" quando da derrubada do governo nacional reformista de João Goulart, eram termos empregados para legitimar o golpe e confundir a opinião pública. A "tutela" (militar) é um dos importantes estratagemas da classe dominante brasileira.

Se em um primeiro momento *A consciência conservadora no Brasil* parece estar pautada na interpretação das questões sociais, Mercadante logo parte para uma análise de cunho metafísico, já que uma de suas preocupações é o acerto de contas com o seu passado no PCB e o combate do marxismo.

> *Em geral, a classe senhorial [...] adota uma atitude pragmática procedente de uma tendência de concórdia e equilíbrio. Uma acentuada inclinação moderadora a transir as idéias políticas, a doutrina e a vida política, o romantismo literário e o arremedo de filosofia colorindo os acontecimentos com os tons da acanhada ideologia da conciliação. [...] surgia o ecletismo entre nós, primeiramente como tendência, esboçada de modo empírico, para fazer face às exigências de nossa sociedade, e depois, no curso do século, corporificando-se em idéias, numa integração ao espírito do tempo.* (MERCADANTE, 2003: 143)

O "espírito do tempo" é definido pelo autor da seguinte maneira: "*o espírito contraditório de Hegel é o próprio espírito do tempo. Suas convicções oscilam entre as de um adepto do iluminismo e um profeta do absolutismo. É, porém, adepto do meio-termo*" (MERCADANTE, 1978: 33). Vemos assim, que Mercadante propala a reforma conservadora do hegelianismo, o que é essencial para qualquer aparelho de hegemonia filosófico, já que assim se combate a dialética marxista.

A consciência conservadora no Brasil é caracterizada também pela apologia das classes dominantes – o que aliás é uma característica fundamental de qualquer obra conservadora. Nesse sentido, os grandes proprietários rurais aparecem não apenas como a principal classe social, mas também como a única digna de nota, é o que se pode perceber também no fragmento a seguir, original de outra obra de Mercadante:

> *Quase toda a população, aproximadamente noventa por cento, vivia nos domínios, e dessa massa apenas os senhores formavam um grupo social definido, embora restrito. Os demais moradores dos latifúndios ressentiam-se da falta de homogeneidade. Escravos, em sua maioria pessoas atrasadas e ignorantes, arrancadas com violência de seu meio e com mínimas condições de se organizarem socialmente. A instabilidade era também de outras camadas de moradores do campo. Os agregados das fazendas e engenhos, os sitiantes, pequenos proprietários com suas engenhocas primitivas, ligados todos a produtos secundários de economia agrícola – por sua dependência em relação aos senhores do domínio, e pela dispersão, não constituíam agrupamentos sociais estáveis. [...] Na enorme área dos latifúndios agrícolas, só os grandes senhores rurais existem. Fora deles, tudo é rudimentar, informe e fragmentário.* (MERCADANTE, 1978: 35)

Mercadante acaba por desqualificar os trabalhadores escravizados como pessoas "atrasadas e ignorantes", de maneira a persuadir, a induzir o desvio do problema real: a exploração e a condição absurda de vida dos escravizados; assim como também escamotear o papel das classes sociais populares no processo histórico. Para o autor, cabia à classe dominante combater o excesso, e o "excesso eram as ameaças à instituição servil" (MERCADANTE, 2003: 158). Sob esse prisma, o escravismo aparece como fator de unidade nacional: "Não fosse, pois, a objetividade dos homens regressistas, a unidade do Brasil estaria definitivamente comprometida. A questão da escravatura fora decisiva [...]" (MERCADANTE, 2003: 159). Esta é uma das teses mais caras do conservadorismo histórico brasileiro, o escravismo teria garantido a unidade territorial, mas isso é pouco plausível, pois muitas das revoltas do primeiro Reinado e do período regencial foram lideradas por senhores

de escravos e a escravidão poucas vezes foi questionada. Ademais, em nenhum panfleto da independência o argumento da escravidão foi usado para robustecer a unidade territorial (CARVALHO, 2012: 25-26).

São variados os trechos da obra de Mercadante ─ e por que não dizer a obra inteira? ─ marcados pela apologética persistente às classes dominantes, o que faz d'A *consciência conservadora no Brasil* uma "crônica dos vencedores" (IANNI, 1984: 13). Nesse sentido, argumenta o autor: "Se havia a necessidade de melhoramentos, de pactos e concessões às novas circunstâncias, melhor seria que a dirigisse o espírito conservador" (MERCADANTE, 2003: 191).

Para Mercadante, a questão da abolição não era ética e nem religiosa, mas tinha implicações práticas: "Cumpria examinar o problema com espírito objetivo e realista" (MERCADANTE, 2003: 203); aqui as reivindicações populares aparecem como demandas de ordem moral, ética e religiosa, descoladas da realidade, da "prática" – vejamos o fragmento a seguir:

> *Aqui a ideia humanitária da emancipação nunca encontrara adversários endurecidos, nunca teve que enfrentar a oposição de um partido. [...]*
> *Cumpria, antes de tudo, examinar o problema do ponto de vista de nossas condições especiais. Tratava-se de um fato complexo: [...] interessando a toda ordem de relações, quer jurídicas, quer sociais. Estava a escravidão essencialmente ligada à lavoura e em seus fundamentos repousavam os direitos consagrados expressamente na Carta Magna e nas leis privadas. Os interesses da agricultura eram para aquela sociedade de senhores rurais os interesses de toda a sociedade pois "ela não pode ter outros mais importantes, porque toda a sua vitalidade aí está. Não os perturbemos. Ao menor abalo pode desabar-se em ruínas um belo edifício", advertia um dos representantes da lavoura paulista. [...]*
> *No domínio das idéias abstratas, facílimo seria resolver o problema [...].*
> *Todavia, cumpria ser realista, respeitar, primeiramente os direitos adquiridos e o direito de propriedade [...].* (MERCADANTE, 2003: 203-205 *apud.* SILVA, Rodrigo da. Voto em separado. In: Elemento Servil, Parecer e Projeto-de-Lei apresentados à Câmara dos Senhores Deputados, sessão de 16 de agosto de 1870, p. 106-107.)

Ou seja, Mercadante constrói uma apologética do regime escravocrata. Nessa concepção, cabia, antes de tudo, respeitar o direito de propriedade – ainda que esse fosse a posse de outrem.

Outro problema suscitado pelo autor é a questão do Poder Moderador, que, segundo ele, se confunde com a cultura brasileira, ensejando a interpretação que historicamente a

classe dominante imputa às Forças Armadas como o Poder Moderador da República. Segundo o autor, o Poder Moderador e o imperador eram imbuídos do ecletismo:

> *A tendência ideológica do equilíbrio difundia-se sobre tudo. Passava assim a realidade superindividual de nossa cultura a ser caracterizada por tonalidades que o ecletismo procurara ilustrar através de uma fórmula engenhosa de conciliação de diferentes escolas filosóficas.*
> *A linguagem do grupo dominante impregnava a coletividade quase toda das palavras e significações tranquilas. [...]*
> *A cultura inspirada no ecletismo tornava-se transcendente, predominando nas instituições, na sociedade, e passava a atuar sobre os indivíduos, sobre o príncipe, tornando-se imanente aos próprios homens, principalmente o imperador. A cultura do ecletismo, diríamos, retransia [penetrava até o íntimo] o indivíduo, instalava-se em sua fisiologia, nos seus centros de sensibilidade, condicionando-lhe tudo, os reflexos e o comportamento.*
> *Nascera no Brasil o imperador, independente através uma fórmula de ajuste político. Vinha destinado, sobretudo por sua nacionalidade, a desempenhar uma função de apaziguamento dos espíritos conturbados.*
> *[...]*
> *Reservava-se-lhe um papel atreguador a desempenhar na história do país, e seus mestres [José Bonifácio e Itanhaém] imbuíam-lhe os hábitos adequados, modos frios, e ei-lo soberano sem tumultos sentimentais, o que lhe daria o necessário equilíbrio à política de moderação.* (MERCADANTE, 2003: 248-251)

Para Mercadante, o ecletismo e a moderação inebriavam a tudo e a todos, chegavam mesmo a adentrar fisiologicamente os sujeitos, em outras palavras, se constituíam em um espírito mesmo, metafísico, superior às questões histórico-sociais, aos homens, às classes; mas uma superioridade hierárquica que se impunha a tudo e a todos. E, neste sentido, a moderação estaria em outro patamar, intocável, encarnada em D. Pedro II, concretizada no Poder Moderador: "tudo tinha adormecido à sombra do manto do príncipe feliz" (MERCADANTE, 2003: 259 – citando a famosa expressão de Silvio Romero). Aqui encontramos o apagamento das lutas sociais, nesta concepção este período histórico aparece como o reinado da paz.

A divulgação do ecletismo teria se iniciado com Silvestre Pinheiro Ferreira, que chegara um pouco após D. João VI, e iniciou um curso de filosofia na Corte a partir de 1813. Segundo Mercadante, "suas idéias, expostas em 1821, exprimiam um meio-termo, afastadas do absolutismo e do jacobinismo democrático" (MERCADANTE, 2003: 262). Na filosofia, diz Mercadante, assim como na política, o caminho também seria o de evitar os efeitos da Revolução Francesa (MERCADANTE, 2003: 271).

Paulo Mercadante, na conclusão de sua obra, diz que a conservação não tem por si mesma qualquer predisposição teórica, de sistematização, pois partiria "de uma pragmática de

que não cumpre divagar sobre as situações em que se encontram os homens *naturalmente* ajustados" (MERCADANTE, 2003: 273), e disto seria proveniente "um estado de espírito despido de inquietações" (MERCADANTE, 2003: 273). Neste sentido, diz, o conservadorismo "parte do princípio de que tudo que existe possui valor nominal e positivo em razão de sua existência lenta e gradual" (MERCADANTE, 2003: 274). As reformas, prossegue o autor, devem ser realizadas para conservar (MERCADANTE, 2003: 275). Este é mais um mito conservadorismo, como se fosse uma "disposição natural", quando na verdade tem centros de desenvolvimento e disseminação (aparelhos privados de hegemonia, principalmente, o Estado).

Segundo Paulo Mercadante, as seguintes máximas norteavam as "eminências conservadoras" (MERCADANTE, 2003: 290): "A escola da autoridade é a única legítima; porque é a única realizável; um governo filho da revolta não pode marchar um só dia em virtude de seu princípio, e expira, se o não combate" (MERCADANTE, 2003: 290) e "Façamos no governo o que eles reclamam em oposição, diziam eles, os conservadores" (MERCADANTE, 2003: 291). É desta forma que o IBF sedimentará a ideologia da "consciência conservadora", como um pensamento-expressão da contrarrevolução de 1964.

Antonio Paim e as ideias filosóficas por trás do golpe

Pouco tempo depois do golpe de 1964 e da publicação d'*A consciência conservadora no Brasil* (1965), foi lançada outra importante obra: *História das idéias filosóficas no Brasil* (1967), de Antonio Paim. Da mesma forma, esta obra elevará a contrarrevolução ao plano intelectual, no sentido de fornecer – de forma mais ou menos mediatizada – uma fundamentação filosófica à contrarrevolução deflagrada nos anos 60.

Segundo Paim, um pressuposto fundamental dos culturalistas ibeefeanos, é a consideração da cultura como "*uma esfera especial de objetos que se apresenta numa situação privilegiada* [...]" (PAIM, 1977: 215). Esta noção, da cultura como esfera "especial", "privilegiada", dirão os culturalistas, é uma herança de Tobias Barreto. Paim desenvolveu seus estudos buscando estabelecer as tradições culturais na história das ideias no Brasil, privilegiando as permanências à revelia das rupturas. Ele trabalha com a noção de "ciclos" do pensamento, utilizando-se o método neokantiano de "fabricar pautas cíclicas" (FONTANA,

2004: 252), privilegiando a continuidade no sentido de conferir tradição e secularidade às correntes não materialistas e ao pensamento conservador do IBF.

À esta operação metodológica, Paim acrescentará a negação do liberalismo radical, que foi o pano de fundo da revolução republicana pernambucana de 1817. Para o autor o liberalismo radical é consequência da falta de preocupação teórica, que levou ao "entendimento unilateral e faccioso da ideia liberal, ao inspirar-se nas ideias políticas francesas" (PAIM, 1984: 242). Paim criticará ainda o "*autoritarismo* libertário" (PAIM, 1984: 244 – grifo do autor) de Caneca, que teria incompreendido a "questão da representação", impedindo a convivência com a oposição (PAIM, 1984: 248).

Por um lado compreende-se perfeitamente a crítica de Paim à vertente radical do liberalismo, uma vez que essa é antagônica ao liberalismo conservador que marcará o IBF. Por outro lado, criticará em Caneca características visíveis na Ditadura a qual aderiu a intelectualidade ibeefeana, como o "autoritarismo" ditatorial nada libertário, e a "convivência" com a oposição que de fato foi perseguida com sanha perversa e sanguinária.[3]

A superação do liberalismo radical, diz Paim, viria com a contribuição de Silvestre Pinheiro Ferreira, que teria lançado "as bases para o debate dos temas modernos, que iria empolgar parte da intelectualidade nas décadas de trinta e quarenta" (PAIM, 1984: 254) do século XIX. Inicia-se assim, para o autor, um novo ciclo. Silvestre viveu de 1802 a 1809 na Alemanha, onde se familiarizaria com o kantismo, acompanhando as conferências de Fichte e Schelling. Chegou ao Brasil junto com a Corte Portuguesa e aqui permaneceu até 1821, quando volta para Portugal junto com D. João VI ocupando as pastas do exterior e da guerra do governo imperial. Em sua estada no Brasil, desde 1813 ministrou um curso de filosofia no Real Colégio de S. Joaquim, além de ter escrito duas obras: as *Preleções Filosóficas* e *Cartas sobre a Revolução do Brasil.* Nestes escritos, Silvestre Pinheiro – diz Paim – revela-se um adepto de Locke que o conciliava com a tradição aristotélica. Silvestre teria o compromisso com o liberalismo político, de forma que seu objetivo era dar continuidade às reformas pombalinas em conjunto com a "liberalização das instituições políticas" (PAIM, 1984: 272), com o intuito de fortalecer a monarquia constitucional, pois seria partidário de um liberalismo moderado, "equidistante do 'absolutismo real' e do 'jacobinismo democrático de tipo rousseauniano'" (PAIM, 1984: 274). Para o autor, essas seriam suas maiores contribuições:

[3] Para um resgate do liberalismo radical no Brasil, vide FAORO, 1994.

sua participação na transição sem sobressaltos da monarquia absolutista para a constitucional, e a condução da intelectualidade brasileira "ao tema crucial da liberdade humana", de maneira que "a obra do grande filósofo português corresponde, no pensamento brasileiro, ao momento de transição para o ecletismo" (PAIM, 1986: 35). Na *História das ideias filosóficas no Brasil*, o intelectual português é avaliado da seguinte maneira:

> Ausência de imprensa livre e de organizações de ensino superior completam o quadro em que se insere a tomada de consciência do problema do liberalismo. Nesse arcabouço, tanto a palavra como a ação de Silvestre Pinheiro Ferreira revestem-se de significado extraordinário. Constituem um dos focos a partir dos quais se iria configurar no país uma **consciência conservadora** de índole liberal e humanista.
> Parecia a Silvestre Pinheiro de todo inevitável a reforma nas instituições. Contudo, entendia que a revolução não era o veículo propício para esse fim. Incumbiria portanto antecipar-se à hecatombe e preparar a **transição sem maiores choques**. (PAIM, 1986: 275 – grifos nossos)

Paim diz ainda que Silvestre condenava explicitamente qualquer recurso à violência (PAIM, 1986: 275), apesar dele ter ocupado a pasta da guerra no governo de D. João VI. Segundo o autor, as ideias do ciclo do ecletismo "penetraram fundo em amplos setores da elite nacional e chegaram a se transformar no suporte último da **consciência conservadora** em formação" (PAIM, 1984: 281). Como vimos, a chamada "consciência conservadora" é um importante mote do IBF, que motivou a publicação do livro de Paulo Mercadante. Além disso, é um resgate do conservadorismo brasileiro, no sentido de conferir secularidade, perenidade e tradição à vaga contrarrevolucionária de 1964. Aqui a "consciência conservadora" aparece junto de sua materialização política fundamental: a contrarrevolução ("hecatombe" e "transição sem maiores choques").

Para Paim, a opção pelo ecletismo foi uma "escolha consciente" da classe dirigente, e esta doutrina deve sua ascendência tanto ao ambiente político nacional, quanto ao trabalho e à influência de Silvestre Pinheiro Ferreira. O ecletismo teria uma "profunda identificação com o espírito nacional em processo de estruturação" (PAIM, 1984: 287). Segundo o autor isto ocorreria porque entre o conservantismo intransigente e o reformismo radical, surgiria a "tendência da **conciliação**" (PAIM, 1984: 290). Nesta concepção, o "sistema eclético de Cousin serviu à elite brasileira principalmente como *bússola na solução dos problemas políticos*, na concepção e na implantação das instituições, da administração , do ensino, etc.

[...]" (PAIM, 1984: 293). A conciliação será outro importante mote ibeefeano, que nega a luta de classes e dá fôlego ao combate do marxismo – que era um escopo primordial do IBF.

Conclusão: o IBF, da elevação da contrarrevolução ao plano intelectual à justificação moral e filosófica da Ditadura

> *A pequenez da queda do governo Goulart dá-nos a exata medida de sua estatura moral. Mas se foi um bem inestimável termos tido uma "**revolução incruenta**", ela nos dita o imperativo de revelar "a posteriori" as razões ideológicas subjacentes, que teriam vindo à tona espontaneamente no calor dos conflitos e combates. Uma revolução pode, é certo, não derramar sangue, mas não pode deixar de derramar ideias.*
> *[...] Uma Revolução, que surge sem uma Ideia diretora, deve constituí-la através de um trabalho de exegese, que desça **serenamente** até os refolhos da alma popular. [...]*
> *Se me perguntarem qual o sentido mais decisivo a atribuir-se a esta **Revolução**, direi que é o da "**honestidade**" ou da "**seriedade**", não apenas como valor ético, como exigência moral, mas também como pressuposto de ordem intelectual, como imperativo de opção no plano político e administrativo.*
> *[...] Só um povo com consciência de maturidade, quando mais não seja pela convicção de estar em condições de adquirí-la, mostra-se à altura da tarefa de nossa época, que parece ser a da velocidade e do paroxismo, mas oculta o fundo desejo da estabilidade e da segurança, graças ao binômio incindível da "**liberdade**" e do "**bem estar social**".*
> *É nesse ponto essencial que somos diferentes dos pregadores de reformas no governo anterior: eles queriam reformas até mesmo à custa da liberdade; nós a queremos nos limites possíveis das liberdades preservadas. – "Reformas-meios" e "reformas-fins", ou, indo ao fundo da questão, uma diferença no plano da intencionalidade, nos critérios com que se jogam e se equacionam os dados dos problemas.*
> *[...] A Revolução que estamos vivendo, e cujos caminhos definitivos ainda estamos sondando, **nasceu nas ruas, sob uma inspiração tão generalizada e comum**, que seria ousadia alguém assumir poses de dono. Houve, por certo, mentores, homens que se anteciparam à intuição do momento, alertando a Nação, cada qual sob o ângulo de uma das muitas perspectivas que vão se delineando no cenário ideológico do Brasil atual.*
>
> Miguel Reale (1964: 46-50 – grifos nossos)

Os fragmentos supracitados não deixam dúvida sobre a posição do IBF e de seu líder Miguel Reale. Os trechos que grifamos correspondem ao uso de mera retórica e de pura falsificação histórica. A começar pelo uso da palavra "revolução" para definir um processo que nada teve de revolucionário e que na cabeça dos golpistas deveria mesmo evitar uma revolução comunista. As palavras de Reale mostram bem a intenção do aparelho de hegemonia filosófico: elevar a contrarrevolução ao plano intelectual; justificar moral e filosoficamente a ditadura; e, acima de tudo, fazer da história passada, presente e futura uma

"crônica dos vencedores", conforme a epígrafe do início de nosso texto. Além disso, diante de casos como o de Herzog, Reale mostra-se completamente sem escrúpulos ao escrever tamanhas mentiras e bizantinismos.

Referências Bibliográficas

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado*: por uma teoria materialista da filosofia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

CARVALHO, José Murilo (Coord.). *A construção nacional 1830-1889*, volume 2. Rio de janeiro: Objetiva, 2012.

FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994.

JAMES, C.L.R. *Os jacobinos negros:* Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2007.

JOSEP, Fontana. *A história dos homens.* Bauru, SP: EDUSC, 2004.

GONÇALVES, Rodrigo Jurucê Mattos. "A consciência conservadora no Brasil, de Paulo Mercadante, uma obra clássica do conservadorismo brasileiro", *Revista História e Luta de Classes*, ano 9, n. 16, setembro de 2013, p.78-84.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

IANNI, Octavio. *O ciclo da revolução burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2003.

MERCADANTE, Paulo. *Militares & civis:* a ética e o compromisso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

____. *A consciência conservadora no Brasil:* contribuição ao estudo da formação brasileira (1965). 4 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

MORAES, Dênis de. *Nelson Werneck Sodré, o Iseb e a crise de 1964*. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv118.htm>. Acesso em: 30/03/2015.

PAIM, Antonio. "A corrente culturalista", *Revista Convivium*, maio-junho de 1977.

____. *História das idéias filosóficas no Brasil* (1967). 3 ed. São Paulo: Convívio, 1984.

____. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro.* 2 ed. rev. e amp. São Paulo: Editora Convívio, 1986.

REALE, Miguel. “Os imperativos da revolução”, *Revista Convivium*, julho-agosto de 1964.

RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil*: um desafio histórico-cultural (1965). 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da História Nova.* Petrópolis: Vozes, 1986.

____. *Formação histórica do Brasil* (1962). 14 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: fábrica de ideologias.* 2 ed., 2 reimp. São Paulo: Ática, 1982.

____. *Teoria e ideologia na perspectiva do ISEB.* In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B. (Orgs.). *Inteligência Brasileira.* São Paulo: Brasiliense, 1986.